



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi*



**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**181**

**PROCESSO nº: 0204826-4 (2ª Vara da Comarca de Abreu e Lima)**

**HABEAS CORPUS**

**IMPETRANTE: JOÃO BARBOSA DE LIMA**

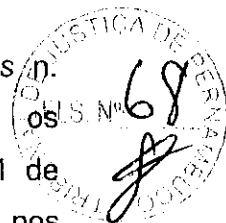
**PACIENTE: PAULO ROBERTO LOPES DE OLIVEIRA**

**RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI**

*EMENTA: HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. ROUBO QUALIFICADO EM CONTINUIDADE DELITIVA. ALICIAMENTO DE MENORES. ENTREGA DE VEÍCULO AUTOMOTOR A PESSOAS SEM HABILITAÇÃO. COMUNICAÇÃO FALSA DE CRIME. PLEITO DE FUNDAMENTAÇÃO INSUFICIENTE ACERCA DA PRISÃO PREVENTIVA. INOCORRÊNCIA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. AMEAÇA À ORDEM PÚBLICA E À DEVIDA INSTRUÇÃO CRIMINAL. CONSTRANGIMENTO NÃO CONFIGURADO. DENEGAÇÃO DA ORDEM. DECISÃO UNÂNIME.*

- 1. A prisão preventiva se encontra devidamente fundamentada, vez que caracterizadas duas das hipóteses autorizadoras da segregação cautelar: a garantia da ordem pública e a conveniência da instrução criminal, fundadas na periculosidade do agente, frente à quantidade e à gravidade dos diversos crimes que lhe são imputados, incluindo o tipo de comunicação falsa de crime na intenção de furtar-se à persecução penal.*
- 2. As circunstâncias pessoais favoráveis aos pacientes, como serem primários, terem bons antecedentes, residência fixa e boa conduta social, não têm o condão de, por si sós, afastar a prisão preventiva fundada satisfatoriamente em outros elementos dos autos.*
- 3. Constrangimento não configurado. Ordem denegada.*

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *Habeas Corpus* n.  
0204826-4 em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os  
Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de  
Justiça, à unanimidade de votos, denegar a ordem do presente *Habeas Corpus*, nos  
termos do voto do Des. Relator.



182

Recife, 02 de fevereiro de 2010.

  
**MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI**  
Des. RELATOR E PRESIDENTE



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi*



183

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**  
**PROCESSO nº: 0204826-4 (2ª Vara da Comarca de Abreu e Lima)**  
**HABEAS CORPUS**  
**IMPETRANTE: JOÃO BARBOSA DE LIMA**  
**PACIENTE: PAULO ROBERTO LOPES DE OLIVEIRA**  
**RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI**

**RELATÓRIO**

Trata-se de *Habeas Corpus* liberatório, com pedido de liminar, impetrado por JOÃO BARBOSA DE LIMA em favor de PAULO ROBERTO LOPES DE OLIVEIRA, o qual responde pela prática dos crimes previstos nos artigos 244-B da Lei nº 8.069/90; 157, § 2º, I e II, c/c 29 e 71 do CPB; 310 da Lei nº 9.503/97 e 340 também do CPB (corrupção de menores, participação em roubo qualificado com continuidade delitiva, entrega da direção de veículo automotor a pessoa não habilitada e comunicação falsa de crime ou contravenção), apontando como autoridade coatora a Juíza de Direito da 2ª Vara da Comarca de Abreu e Lima.

O impetrante sustenta a ilegalidade da prisão do paciente sob a alegação de não participação deste na prática delitiva, além de ressaltar que o paciente é primário, tem bons antecedentes, residência fixa, profissão definida e conduta social ilibada. Argumenta, ainda, que o paciente faz jus ao benefício de liberdade provisória, haja vista não estarem presentes os requisitos da prisão preventiva, nos termos do art. 310, parágrafo único, do CPP. Juntou documentos de fls. 08/34.

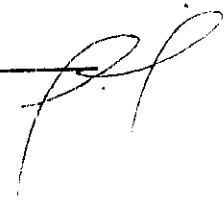
Foi negada, às fls. 40/41, a concessão de liminar, pois não restou demonstrada, de plano, a plausibilidade do direito pleiteado.

A autoridade apontada coatora prestou informações à fl. 48/49, comunicando que verificou estarem presentes os requisitos da custódia preventiva, para preservação da ordem pública e por conveniência da instrução criminal, haja vista o perigo social gerado pela conduta que lhe é imputada de aliciamento de menores para o crime e o fato de ter comparecido à delegacia para reportar falsamente o roubo de seu veículo no momento em que soube da prisão dos menores com a moto.

184

A Douta Procuradoria de Justiça, em parecer às fls. 57/58, opinou pela denegação da ordem, por entender que o paciente não faz jus à liberdade provisória, uma vez presentes os requisitos autorizadores da prisão cautelar, para assegurar a ordem pública e a aplicação da lei penal.

**É O RELATÓRIO.**





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi*



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO nº: 0204826-4 (2ª Vara da Comarca de Abreu e Lima)

185

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: JOÃO BARBOSA DE LIMA

PACIENTE: PAULO ROBERTO LOPES DE OLIVEIRA

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

VOTO

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

O impetrante requer a concessão da ordem de *habeas corpus* sob a alegação de que a liberdade do paciente não representa ameaça à ordem pública ou à conveniência da instrução processual, tendo em vista que é inocente das acusações que lhe são feitas, sendo um homem de bons antecedentes e com residência fixa, profissão definida e conduta social ilibada.

Neste contexto, faz-se necessário notar que a douta magistrada *a quo* fundamentou satisfatoriamente sua decisão, acostada às fls. 50/51, quanto à presença dos requisitos essenciais para a decretação da prisão preventiva. A materialidade está comprovada, haja vista os adolescentes aliciados pelo paciente terem sido presos em flagrante. Quanto aos indícios de autoria, segundo as informações contidas nos autos, parte da *res furtiva* foi encontrada na posse do paciente, além dos adolescentes terem

72  
sido presos quando dirigiam o veículo do paciente sem a devida habilitação. Dessa forma, fica claro que há indícios suficientes de autoria.

No que se refere aos fundamentos previstos no art. 312 do CPP, vale observar que a juíza fundamentou seu decreto na garantia da ordem pública e na conveniência da instrução criminal.

186

O tipo penal de aliciamento de menores, um dos delitos imputados ao paciente, é um crime que cria grave perigo público, na medida que dá origem a uma nova geração de meliantes, corrompendo a nossa juventude e prejudicando toda a sociedade. No presente caso, a situação ainda é pior porque os jovens eram aliciados para cometerem roubos à mão armada, crime executado através de violência ou grave ameaça e que aterroriza a população, em especial nas zonas urbanas.

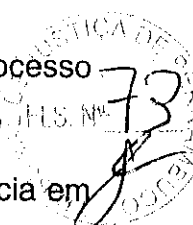
Além disso, deve ser levado em consideração que, com uma única série de condutas, o paciente praticou diversos crimes: participação em roubo qualificado em continuidade delitiva, aliciamento de menores, entrega da direção de veículo automotor a pessoa não habilitada e comunicação falsa de crime ou contravenção. A mera quantidade de crimes imputados também denota a periculosidade do agente, vez que fica clara a sua propensão para a prática de delitos.

Sobre a necessidade da decretação da custódia cautelar com base na garantia da ordem pública, o ilustre doutrinador JULIO FABBRINI MIRABETE ensina:

*"Embora não se tenha firmado na jurisprudência um conceito estratificado para a expressão "garantia da ordem pública", a periculosidade do réu tem sido apontada como o fator preponderante para a custódia cautelar. (...) Mas o conceito de ordem pública não se limita a prevenir a reprodução dos fatos criminosos, mas também a acautelar o meio social e a própria credibilidade da justiça em face da gravidade do crime ou de sua repercussão. A conveniência da medida, como já se decidiu no STF, deve ser regulada pela sensibilidade do juiz à reação do meio ambiente à ação criminosa. (...) Mas, sem dúvida, está ela [a aplicação da prisão preventiva] justificada no caso de ser o acusado dotado de periculosidade, na perseverança da prática delituosa, quando se denuncia torpeza, perversão, malvadez,*

*cupidez e insensibilidade moral.*" (MIRABETE, Julio Fabbrini. Processo Penal – 13ª ed. São Paulo: Atlas, 2002, pg. 385/386).

187



No caso ora analisado, a periculosidade do réu para a convivência em sociedade fundamenta a necessidade de manutenção da prisão preventiva do paciente, na medida em que o perigo social criado pela sua ação foi gravíssimo, haja vista que, além do perigo dos adolescentes machucarem ou matarem alguém como consequência do crime de roubo, existia também o risco de causarem danos à sua própria integridade física e a de outros pela simples inabilidade na condução de veículo automotor.

Além disso, fundamentou a juíza *a quo* que a prisão preventiva do paciente é fundamental para a credibilidade da justiça, para não prevalecer entre os jurisdicionados locais o sentimento de impunidade e para que atos de violência, como os roubos à mão armada executados pelos adolescentes, não se tornem banais e corriqueiros.

A prisão preventiva também foi fundamentada na conveniência da instrução criminal. Sobre esta questão vale observar que o paciente compareceu à delegacia para comunicar falsamente o roubo de sua moto, quando na verdade tinha cedido o veículo aos menores para que estes praticassem roubos a mão armada, dos quais receberia parte dos lucros. Assim, cometeu um novo crime com o fito de encobrir sua responsabilidade nos demais crimes que lhe são imputados. Essa sua conduta, portanto, demonstra que o caráter do paciente é voltado para a prática de crimes e que, se posto em liberdade, há grandes riscos de que ele venha a conturbar o trâmite processual a fim de que não sofra as reprimendas penais adequadas.

Dessa forma, fica claro que a decisão que decretou a segregação cautelar do acusado está suficientemente fundamentada na garantia da ordem pública e na conveniência da instrução criminal, haja vista haver circunstâncias que indicam ser a liberdade do paciente uma ameaça à convivência social daquela localidade e também ao devido trâmite do processo.

Assim, a juíza de primeira instância sentiu-se satisfatoriamente convencida acerca da necessidade de decretação da medida para a preservação da tranquilidade na comunidade e na persecução criminal, tendo fundamentado sua

decisão de forma mais que suficiente. Vale observar que ninguém melhor que o magistrado local para definir se o paciente representa uma ameaça à ordem pública ou à instrução criminal, visto que convive na localidade em que o crime foi praticado e tem contato direto com as testemunhas, as vítimas, a sociedade local e até mesmo com o réu.

188

Além disso, apesar do impetrante alegar que o paciente é primário, tem bons antecedentes, residência fixa, profissão definida e boa conduta social, tais qualidades não são suficientes para afastar a necessidade de prisão preventiva, conforme tem entendido o Superior Tribunal de Justiça:

*"O fato de o recorrente ser primário, trabalhador e ter residência fixa no distrito da culpa não garante eventual direito à liberdade, quando outros elementos constantes nos autos recomendam a sua custódia cautelar. Precedentes."* (RHC, 19.261/RS, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJU 07/02/2008, p. 01)

Assim, com base nos fundamentos expostos, não resta dúvidas que a segregação cautelar do paciente é imperiosa para a paz pública e para o tranqüilo trâmite processual, conforme decisão da magistrada monocrática.

Portanto, não há motivo que justifique a revogação da prisão do paciente, visto que os requisitos e fundamento da medida, previstos no art. 312, do Código de Processo Penal, estão presentes, de forma que deve ser mantida a segregação cautelar do paciente.

Posto isso, meu voto é no sentido de **denegar** a ordem requerida.

**É COMO VOTO.**